ESTACON ENGENHARIA S.A.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 226551

CNPJ/MF 04.946.406/0001-12 - NIRE Nº 1530001006-3
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: realizada no dia 13 de abril de 2011, às 10h, na sede social, na Rua Antonio Barreto, nº 130, Ed. Village Office, 1º e 2º andares, Umarizal, CEP 66.055-050, Belém, Pará. **QUORUM/PRESENCAS:** Presentes: a) acionistas representando mais de 2/3 do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do livro "Presença dos Acionistas"; b) membros do Conselho de Administração; c) Membros da Diretoria. **INSTALAÇÃO:** Na forma estatutária, o Presidente do Conselho de Administração, Lutfala de Castro Bitar, declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Lutfala de Castro Bitar - Presidente e Ronaldo Cateb Bitar - Secretário. **PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** a) Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nos dias 4, 5 e 6/04/2011, páginas 16, 16 e 16 do Caderno Executivo 4, 5 e 3, respectivamente, e no Amazônia Jornal, nos dias 4, 5 e 6/04/2011, páginas 11, 13 e 14 do Caderno Gerais, respectivamente. **LEITURA DOS DOCUMENTOS:** o Secretário da mesa procedeu à leitura do edital de convocação, publicado na forma acima. **ORDEM DO DIA:** a) a reforma do estatuto, para extinguir o Conselho de Administração e proceder os ajustes consequentes, consolidando-se novo estatuto; c) o que ocorrer. **DELIBERAÇÕES:** foi aprovada por unanimidade e sem restrições, a reforma do Estatuto Social, extinguindo-se o Conselho de Administração e procedendo-se os ajustes consequentes, tudo consolidando-se em novo Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL.** Art. 1º - ESTACON ENGENHARIA S.A é uma sociedade empresarial anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, podendo adotar outro tipo jurídico societário. Art. 2º - A Sociedade tem sede à Rua Antonio Barreto, nº 130, Ed. Village Office, 1º e 2º andares, Umarizal, CEP 66.055-050, na cidade e comarca de Belém, capital do Estado do Pará, que é o seu foro. Parágrafo Único - A Diretoria da Sociedade poderá criar e/ou extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, representações ou estabelecimentos em qualquer ponto do País ou do exterior. Art. 3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. Art. 4º - A sociedade tem por objetivo a indústria da construção em geral, leve e pesada e demais serviços de engenharia; engenharia consultiva; fiscalização e administração; projetos; construção, incorporação e urbanização de imóveis; concessões públicas e/ou prestação de serviços em geral, inclusive de estradas, saneamento, tratamento e fornecimento de água, tratamento de resíduos sólidos, gases e efluentes, coleta e/ou processamento e/ou tratamento de lixo urbano e manutenção de máquinas e equipamentos em geral; produção e comercialização de concreto e asfalto; locação de máquinas e equipamentos industriais, assim como outras atividades, tudo de acordo com as atribuições dos responsáveis técnicos apresentados, podendo exercê-los de forma isolada ou participando em outras sociedades. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES.** Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 76.530.864,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), totalmente integralizado, dividido em 350.400 (trezentas e cinquenta mil e quatrocentas) ações sem valor nominal, sendo 248.549 (duzentos e quarenta e oito mil, quinhentas e quarenta e nove) ações ordinárias e 101.851 (cento e um mil, oitocentos e cinquenta e uma), ações preferenciais. §1º - A ação é indivisível perante a sociedade. §2º - Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Sociedade. §3º - As ações preferenciais não terão direito a voto. §4º - Observada a legislação pertinente, poderá o acionista solicitar a conversão de suas ações nominativas em endossáveis ou vice-versa. §5º - As ações preferenciais são inconvertíveis em ordinárias. Art. 6º - As ações preferenciais gozarão das seguintes vantagens: a) Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; b) A capitalização oriunda da reserva de capital resultante da correção monetária, será feita sem modificação do número de ações e com aumento do valor patrimonial destas, observada a proporcionalidade do número de ações possuídas pelos acionistas; c) Igual dividendo atribuído às ações ordinárias. Art. 7º - A Sociedade deverá assegurar aos acionistas o pagamento de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos da lei vigente. §1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembléia Geral Ordinária, ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade. §2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma do parágrafo anterior serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, não acumulados, assim que o permitir a situação financeira da sociedade. Art. 8º - DEVERÁ A SOCIEDADE: a) Completar, dentro de 30 (trinta) dias do pedido do acionista ou interessado, os atos de registro, averbação, conversão ou transferência de ações, bem como o desdobramento ou agrupamento de títulos

múltiplos ou únicos, ressarcindo-se dos custos da operação; b) Colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da respectiva ata da Assembléia Geral, as ações correspondentes ao aumento de capital decorrente de incorporação de reservas, fundos, lucros suspensos ou resultantes de subscrição integral; c) Pagar os dividendos aprovados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral que os fixou. Art. 9º - É facultado à sociedade o direito de suspender os serviços a que se referem às letras "a" e "b" do artigo anterior para atender à determinação da Assembléia Geral, não podendo fazê-lo, entretanto, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano. Art. 10 - As ações da Sociedade poderão ser representadas por títulos múltiplos qualquer que seja o número delas para cada um desses documentos, todavia, somente terão validade os títulos assinados por 2 (dois) Diretores da Sociedade, um dos quais, obrigatoriamente, o Diretor Presidente. **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL.** Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, nos casos previstos em lei, cuja convocação caberá à Diretoria, através do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente. Art. 12 - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente, o qual convidará um dos acionistas ou diretores presentes, para secretariar os trabalhos. Art. 13 - O acionista pode ser representado na assembléia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado. O instrumento público de mandato, em qualquer hipótese, deverá ser depositado, na sede social, no prazo de até 03 (três) dias antes da realização do conclave. Art. 14 - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembléia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto; e em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Parágrafo Único - Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à Assembléia Geral e discutir a matéria submetida à deliberação. Art. 15 - Competirá, ainda, à Assembléia Geral: I - Eleger ou destituir os Diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto. II - Manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal, quando houver sido convocado pelos acionistas. **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.** Art. 16 - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, que representará privativamente a sociedade, funcionando como órgão especializado de gestão. Art. 17 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, todos eleitos nomeadamente pela Assembléia Geral, com denominações específicas, sendo: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e até 3 (três) Diretores. § 1º - O prazo de gestão da Diretoria será de três (3) anos, permitida a reeleição. § 2º - Se findo o mandato sem que tenha havido nova eleição, o mesmo prorrogar-se-á, automaticamente e sucessivamente, para novo período. § 3º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, a quem caberá a instalação dos trabalhos. § 4º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, lavradas em ata, depositada no órgão de Registro do Comércio. Art. 18 - Observadas as prescrições legais e regulamentares, a investidura no cargo de Diretor far-se-á pela assinatura no livro, com a transcrição da Ata da Assembléia Geral que o elegeu. Art. 19 - Em caso de renúncia, impedimento ou falta de qualquer Diretor, o seu substituto será designado pelo Diretor Presidente. §1º - Se a renúncia for do Diretor Presidente, este será substituído provisoriamente pelo Diretor Vice-Presidente, e, na falta deste, por um dos demais Diretores, devendo ser confirmado em Assembléia até que seja eleito o seu substituto, o que se dará no prazo de 30 (trinta) dias. §2º - Se houver impedimento ou falta do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor Vice-Presidente por ele designado. §3º - Os demais membros da Diretoria serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporários, por outro Diretor, indicado pelo Diretor Presidente. Art. 20 - É admitida a acumulação de cargos da Diretoria, a critério da Assembléia Geral, respeitado o limite mínimo de membros, conforme disposto no caput do art. 18. Art. 21 - É expressamente defeso aos Diretores obrigar a sociedade em operações estranhas aos objetivos sociais, tais como, entre outras e exemplificadamente, conceder avais, fianças ou endossos a terceiros, aí não compreendidas as operações de interesse das sociedades da qual participa. Art. 22 - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subsequentes, a Sociedade considerará-se obrigada: a) Pelas assinaturas conjuntas de 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou, ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) Procurador no limite de seu mandato, ou 2 (dois) Procuradores, nos limites dos respectivos mandatos. b) pela assinatura isolada de qualquer membro da Diretoria, ou procurador especialmente designado,

para a prática de todos os atos necessários à regularização e assinatura de qualquer proposta, concorrência pública, coletas em tomadas de preços e cartas-convite, inclusive designação ou credenciamento de representante para qualquer finalidade junto à entidade promotora de licitação. §1º - A outorga de Procurações será firmada pela assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente, ou em conjunto, por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, tendo validade de 1 (um) ano, se menor prazo não for especificamente estabelecido, salvo aquelas para fins judiciais ou similares extra-judiciais. §2º - É vedada a emissão de título e assunção de obrigação de qualquer natureza por parte dos Diretores em causa própria. Art. 23 - COMPETE À DIRETORIA: I - Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; III - Convocar a Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em Lei; III - Autorizar a alienação de bens imóveis, a constituição de ônus sobre os mesmos e a prestação de garantias em obrigações de terceiros; IV - Escolher e destituir os auditores independentes. Art. 24 - COMPETE AO DIRETOR PRESIDENTE: a) Chefiar a Diretoria; b) Determinar a execução da política e das normas gerais da sociedade; c) Convocar a Diretoria, sempre que necessário; d) Representar a Sociedade em Juízo ou fora dele. Art. 25 - COMPETE AOS DIRETORES VICE-PRESIDENTES: a) Substituir o Diretor Presidente nos seus impedimentos (art. 20º, §2º); b) Orientar e supervisionar as Diretorias subordinadas, fiscalizando o seu desempenho; c) Desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas pelo Diretor Presidente. Art. 26 - COMPETE AOS DIRETORES: a) Exercer e responder pelos atos de administração e gestão relativamente às áreas de sua competência e atuação, conforme atribuições que lhe forem designadas especificamente; b) Orientar e supervisionar os órgãos da estrutura organizacional sob sua subordinação, avaliando o seu desempenho; c) Desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL. Art. 27 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal com as atribuições, poderes e qualificações que a Lei lhe confere e exige, composto de 3 (três) membros efetivos, e 3 (três) suplentes, acionistas ou não. §1º - A Remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que o eleger; §2º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em seus impedimentos, pelos respectivos suplentes. Art. 28 - O Conselho Fiscal não funcionará em regime permanente, e somente será eleito e instalado pela Assembléia Geral, quando a pedido dos acionistas. **CAPÍTULO VI - DO BALANÇO, LUCROS E SUA APLICAÇÃO.** Art. 29 - O exercício social coincidir com ano civil e os lucros e os prejuízos serão apurados em balanço realizado no último dia útil do mês de dezembro de cada ano, de conformidade com a legislação em vigor. Art. 30 - Do resultado positivo do exercício, se houver, serão deduzidos antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. §1º - Do lucro líquido, assim apurado em cada balanço, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir o limite fixado em lei; b) Uma quota, se fixada pela Assembléia Geral e nos limites permitidos em lei, como gratificação da Diretoria, sempre que os dividendos atribuídos aos acionistas corresponderem ao previsto neste Estatuto; c) Uma quota para pagamento dos dividendos aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, conforme proposta da Diretoria. §2º - O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembléia Geral. §3º - A Assembléia Geral poderá, sempre que obedecidos os limites legais, criar outras contas de Reservas. Art. 31 - A Diretoria poderá mandar levantar balanços extraordinários em qualquer período do ano, observando-se, nestes casos, as disposições legais e estatutárias. Art. 32 - Os dividendos não reclamados ficarão depositados na Sociedade sem vencer juros, prescrevendo após 3 (três) anos, a contar da data de publicação do primeiro aviso para seu recebimento, em benefício da Sociedade. **CAPÍTULO VII - A LIQUIDAÇÃO.** Art. 33 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembléia Geral determinar como será processada, nomeando o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante esse período. **CAPÍTULO VIII - DAS DIPOSIÇÕES LEGAIS.** Art. 34 - Os casos omissos neste Estatuto serão regulados conforme as disposições da legislação vigente, aplicáveis à espécie. Belém-PA, 13 de abril de 2011. (aa) Lutfala de Castro Bitar - Presidente, Fernando de Almeida Teixeira - Secretário". **ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS:**Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes e desimpedidos para o ato, a seguir relacionados, passando a constar do livro próprio. Assinaturas: Lutfala de Castro Bitar, Maria da Graça Cateb Bitar, Eduardo Cateb Bitar, Gilberto de Castro Bitar e Ronaldo Cateb Bitar. Declara-se que a presente é cópia fiel do lavrado no livro 5, fls. 77v e 82. Lutfala de Castro Bitar - Presidente e Ronaldo Cateb Bitar - Secretário, arquivada na JUCEPA em 19 de abril de 2011, sob o nº 20000269370, Secretário Geral Getúlio Villas Moreira.